



EDUCAÇÃO DO CAMPO E O ASSENTAMENTO DENIS GONÇALVES: DA CONQUISTA DA TERRA À CONQUISTA DA ESCOLA.

Welliton José Cunha de Souza & Dileno Dustan Lucas de Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF/PPGE

Resumo

As políticas em educação no Brasil historicamente tem se mostrado subordinada ao capital financeiro. Porém, a luta pela reforma agrária tem se coloca na direção contrária a essa subordinação na construção de uma sociedade pautada nos princípios socialistas que faz parte da agenda do MST. E, é justamente a partir dessa pauta apresentada pelos movimentos sociais do campo que tem se dado o protagonismo da Educação do Campo, que em seu cerne, funda-se como crítica à realidade da educação brasileira e da sociedade capitalista como um todo, contrapondo-se a educação rural – modelo reproduzido no meio rural que reforça a divisão de classes e é ferramenta de manutenção do capitalismo e da opressão – afirmando a educação libertadora.

Palavras-chave: Educação do Campo. Movimentos Sociais. Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

No sertão da minha terra, fazenda é o camarada que ao chão se deu. Fez a obrigação com força, parece até que tudo aquilo ali é seu...(Milton Nascimento)

O que se quer aqui é desenvolver um argumento que nos facilite entender a marginalização imposta ao Campo e conseqüentemente às populações do campo e suas formas de resistência e luta, visto que historicamente o Campo no Brasil foi (é) penalizado pelos governantes e por suas políticas que privilegiam os latifundiários e o mercado. Com relação às políticas públicas para a educação não seria diferente, pois mesmo quando os fazendeiros criaram escolas e sistemas de educação tinham como referência a educação rural e não a Educação do Campo. Mas qual a preocupação desses fazendeiros com a educação dos camponeses?

É certo que o objetivo central dessa proposta de educação era para atender a lógica do capital e sua reprodução.

Quem não se lembra das escolas criadas dentro das fazendas? Inocente quem pensa que tais escolas foram criadas para beneficiar os filhos e filhas dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, muito pelo contrario, era o latifundiário o maior beneficiado, pois não corria o risco de perder sua



mão-de-obra caso o trabalhador ou a trabalhadora tivesse que se mudar pra cidade para que seus filhos e filhas tivessem a oportunidade de estudar.

Vejamos como o cantor e compositor Milton Nascimento com sua sensibilidade retrata tal situação a partir da música *moro velho*, a saber:

Filho do branco e do preto, correndo pela estrada atrás de passarinho.
Pela plantação adentro, crescendo os dois meninos, sempre pequeninos. (...) Filho do senhor vai embora, tempo de estudos na cidade grande. Parte, tem os olhos tristes, deixando o companheiro na estação distante. Não esqueça, amigo, eu vou voltar, some longe o trenzinho ao deus-dará.

A realização da "*Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*"¹, em 1996, organizada pela CNBB, MST, UnB, UNESCO e UNICEF, além de tratar das condições de marginalização e exclusão social e negações de direitos em que estão submetidos os povos camponeses, é também um grande marco no planejamento e nas lutas pelas políticas públicas educacionais no meio rural (campo). Protagonizada, principalmente, pelos movimentos sociais do campo, a educação do campo em suas ações coletivas que carregam um caráter sociopolítico e cultural que anseiam a criação de uma política que construa projetos educativos de forma democrática, e principalmente respeitando as especificidades de cada comunidade camponesa e as particularidades do campo.

Objetivamos neste artigo discutir a força da Educação do Campo enquanto proposta pedagógica de um movimento que se contrapõe as estruturas do capitalismo, pois reflete e se funda na realidade dos povos camponeses e se coloca na construção de uma hegemonia que contesta a educação rural, que reproduzia o modelo de educação castradora e opressora, sem respeitar os tempos, os espaços, as particularidades do campo e dos sujeitos que nele vivem e produzem conhecimentos, alimentos, experiências, culturas, etc. Queremos também contextualizar/afirmar o protagonismo dos movimentos sociais na construção da Educação do campo, relatando experiências vivenciadas desde o processo de conquista da terra pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da Zona da Mata Mineira no assentamento Denis Gonçalves até a implantação da Escola Pública Estadual dentro do referido assentamento.

A LUTA PELA TERRA E A CONQUISTA DA ESCOLA PÚBLICA DO CAMPO

¹Segundo o texto Por uma educação básica do campo (memória), 'Durante o primeiro semestre de 1996, CNBB, MST, UnB, UNESCO e UNICEF coordenaram o processo preparatório para a realização da "*Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo*", ocorrida entre os dias 27 e 31 de julho em Luziânia/GO, [...] com o objetivo principal de alimentar a continuidade da reflexão e da mobilização em torno da elaboração de uma proposta educacional específica para o meio rural [...] foi um processo de reflexão e de mobilização do povo em favor da uma educação que leve em conta, nos seus conteúdos e na metodologia, o específico do campo.' (KOLLING; NÉRY e MOLINA, 1999)



Em 26 de março de 2010, depois de um ano de mobilização, o MST (Movimentos dos trabalhadores rurais sem terra) faz a ocupação das terras da antiga fazenda Fortaleza de Sant'Anna. Consta dos registros mais antigos sobre a localidade onde foi implantado o latifúndio a Carta de Sesmaria passada em favor do Alferes José Pereira de Souza no ano de 1811. Posteriormente, próximo ao ano de 1830, Maximiano José Pereira de Souza se trona proprietário das terras da sesmaria, e em 1842 a propriedade foi adquirida pela matriarca da família Ferreira Lage, Dona Maria José de Sant'Anna, na ocasião, viúva de Mariano José Ferreira Armond. No período de 1842 a 1855 a fazenda foi acrescida de outras sesmarias e posses. No ano de 1855 um dos maiores latifundiários e escravista da época do café Mariano Procópio Ferreira Laje, procurador e herdeiro junto com sua irmão a baronesa do Pitangui, de Dona Maria José de Santa'Anna, registra a composição da Fazenda Fortaleza de Sant'Anna. Em 1872 com a morte de Mariano Procópio Ferreira Laje, seus filhos Frederico Ferreira Laje e Alfredo Ferreira Laje herdaram sua parte da fazenda. Fortaleza de Sant'Anna vai a leilão no início do século XX e é adquirida por Candido Teixeira Tostes ficando sob a posse dessa família até o desenrolar do conflito de 2010 (COLOMBO E CORRÊA, 2014).

O MST, acampado dentro dos limites da fazenda, foi expulso de sua ocupação por medida judicial de reintegração de posse em dezembro de 2011 instalando-se às margens da MG 353. Ainda em dezembro de 2011, por meio de decreto, o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no Estado de Minas Gerais, destina o imóvel rural denominado Fazenda Fortaleza de Sant'Anna para fins de reforma agrária com imissão de posse ao MST em 16 de agosto de 2013, criando o projeto de Assentamento Denis Gonçalves. (BRASIL, 2014)

A partir da luta do MST e da conquista da terra foram retomadas as atividades no assentamento, o que impulsionou outro desafio: a criação da Escola do campo dentro do Assentamento Denis Gonçalves. É nesse momento que começa a se dar um processo de articulação entre a UFJF/FACED/TRAME² junto a Secretaria de Estado e Educação de Minas Gerais – SEE/MG, por meio da Superintendência Regional de Ensino de Juiz de Fora – SRE/JF, impulsionado pelo Assentamento Denis Gonçalves – MST.

² Universidade Federal de Juiz de Fora / Faculdade de Educação / Grupo de pesquisas Trabalho, Movimentos Sociais populares e Educação do Campo.



A partir dessa articulação foi possível criar em 20 de junho de 2016, um segundo endereço da Escola Estadual Maria Ilydia Resende Andrade³ dentro do assentamento. O segundo endereço da referida escola ofereceu em seu primeiro ano de funcionamento quatro turmas de EJA (Educação de jovens e Adultos), sendo uma turma de alfabetização, duas turmas de ensino fundamental anos finais e uma turma de ensino médio.

Em agosto de 2017 uma nova demanda eleva a conquista para o MST local, a criação de três turmas na Serrinha (localidade dentro do assentamento Denis Gonçalves, mas que distante da antiga vila de colonos – onde funciona a escola – mais de 3 quilômetros).

A conquista dessa escola dentro do assentamento ainda esta vinculada a Escola Estadual Maria Ilydia Resende Andrade, e demandou um amplo e pedagógico espaço de construção de uma proposta educativa que tivesse como referência as afirmações e rigores da Educação do Campo e as peculiaridades dos agricultores e agricultoras naquela parte do assentamento, esses profundos debates e estudos nos levaram a compreensão coletiva que a melhor alternativa seria a escola funcionar no regime da pedagogia da alternância. A pedagogia da alternância surge como uma opção para a educação do campo, proporcionando uma educação pautada e adequada a realidade do campo, alternado os tempos e os espaços de formação/aprendizagem, aliando as práticas escolares à vivências comunitárias e familiares.

A partir desse momento o MST e seus parceiros passam a canalizar as forças para empreitada uma nova luta e conquistar a ampliação do atendimento da escola com ensino fundamental regular para atender às crianças do assentamento, que tem que se deslocar em média 2 horas para a cidade mais próxima para estudar.

É um equívoco pensar a Educação do Campo de maneira isolada, apenas como objeto em si mesmo, que acontece espontaneamente. A Educação do Campo, e seus desdobramentos, acontecem em território social específico, no Campo, espaço de disputa e conflitos. Deve ser pensada como “objeto de estudo, de práticas, de política” (CALDART 2009, p. 36), na qual seu processo de construção também é um processo educativo e pedagógico, desta forma, a reflexão sobre a Educação do Campo “está na dimensão educativa da práxis política e social, retomando a centralidade do trabalho, da cultura, da luta social, enquanto matrizes educativas da formação do ser humano” (SILVA, MIRANDA, AIRES e OLIVEIRA, 2016, p. 25).

³A Escola está sediada na Rua Furtado de Menezes, 16, bairro Furtado de Menezes em Juiz de Fora – MG. Atualmente a escola possui um segundo endereço no assentamento Denis Gonçalves e outro no acampamento Gabriel Pimenta no município de Coronel Pacheco – MG.



O processo de construção de uma Educação do Campo, que de fato atenda aos anseios e necessidades da vida dos (as) camponês (as) e não às imposições e interesses do capitalismo, tem os movimentos sociais do campo como protagonista, lutando contra a hegemonia do capital e contra uma educação tradicional que é também ferramenta de manutenção de um sistema opressor, lutando também na conquista de direitos e na edificação de políticas públicas para a educação pública de qualidade. Dentre as políticas públicas e os direitos a que reclamam os movimentos sociais do campo e seus agentes, é urgente a criação de uma política que construa projetos educativos de forma democrática, e principalmente respeitando as especificidades de cada comunidade camponesa e as particularidades do campo. É necessária, a construção de uma “[...] educação que, além de valorizar as diversidades socioculturais, ambientais e organizativas dos camponeses, preparem os jovens para serem protagonista das políticas de desenvolvimento sustentável construídas de forma coletiva nas áreas rurais” (LIMA, 2013, p. 609).

É no contexto de lutas pela terra, pela reforma agrária, moradia, trabalho, saúde, educação de qualidade, contra a marginalização, ou seja, na luta e também na resistência contra as desigualdades sociais impostas historicamente pelo capital que se pensa a Educação do Campo e no qual se forja e fortalece a identidade dos povos do campo, fazendo desses, homens, mulheres e crianças do campo “[...] sujeitos que formam-se coletivamente, e vão reconstruindo caminhos, abrindo novas perspectivas a cada luta” (PESSOA e SÁ, 2013, p. 03).

CONCLUSÃO

Quando volta já é outro, trouxe até sinhá mocinha prá apresentar
Linda como a luz da lua que em lugar nenhum rebrilha como lá
Já tem nome de doutor, e agora na fazenda é quem vai mandar
E seu velho camarada, já não brinca, mas trabalha (Milton Nascimento)

Concluimos, longe de finalizar o assunto, acreditando na importância da ligação entre a Educação do Campo e o trabalho do campo, estendendo tal ligação aos movimentos sociais e aos conflitos que caracterizam o campo brasileiro e a luta pela terra. Chamamos atenção para a compreensão da Educação do Campo, com todas as suas implicações e desdobramentos, enquanto um fenômeno em sua historicidade que se coloca contra a educação rural e contra o modelo capitalista.

Caldart (2009) ao posicionar-se sobre as origens da Educação do Campo afirma que esta “nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do



povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo”, porém, é importante entender que não se trata da crítica à educação em si mesma, uma vez que “seu objeto é a realidade dos trabalhadores do campo, o que necessariamente a remete ao trabalho e ao embate entre projetos de campo que tem consequências sobre a realidade educacional e o projeto de país” (Caldart, 2009. p. 39).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portaria Nº 6, de 28 de Fevereiro de 2014. . Diário Oficial da União, Brasília, DF, p. 55-56, 21 mar. 2014. Seção I.

CALDART, Roseli Salet. **Educação do Campo: Notas para uma análise de percurso**. Trab. Educ. Saúde, Rio de Janeiro, v. 7 n.1, p.35-64, mar./jun. 2009.

COLOMBO, André Vieira. CORRÊA, Ângelo Alves. “**Cavernas da Babilônia**” **Narrativas e Intervenções: Vestígios Funerários Pré-coloniais na Microrregião de Juiz de Fora**. Cadernos do Lepaarq. Vol.XI Nº21. ISSN 2316 8412. Pelotas, 2014.

SILVA, Cícero. MIRANDA, Cássia Ferreira. AIRES, Helena Quirino Porto. OLIVEIRA, Ubiratan Francisco de (orgs). **Educação do campo, artes e formação docente**. Palmas/TO: EDUFT, 2016.

KOLLING, Edgar Jorge; NÉRY, Ir; MOLINA, Mônica Castagna (orgs). **Por uma educação básica do campo (memória)**. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1999. (Coleção Por uma Educação Básica do campo, nº 1).

LIMA, Elmo de Souza. **Educação do Campo, Currículo e diversidades culturais**, in: Espaço do Currícul, v.6, n.3, p.608-619, Setembro a Dezembro de 2013.

PESSOA, Ana Cláudia Rodrigues Gonsalves; SÁ, Carolina Figueiredo de. **Currículo e educação do campo: tensões e resistência à nucleação escolar**. Disponível em:http://www.gepec.ufscar.br/textos-1/seminarios/seminario-2013/4.-educacao-do-campo-escola-curriculo-projeto-pedagogico-e-eja/curriculo-e-educacao-do-campo-tensoes-e-resistencia-a-nucleacao-escolar/at_download/file Acesso: 14 de agosto de 2016.